

VIOLÊNCIA CONJUGAL NA GRAVIDEZ

**ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA e
LUCILA AMARAL CARNEIRO VIANNA**

"É um assunto difícil de deslindar esse de Macho e Fêmea", já disse Adélia Prado

A intenção deste artigo é aprofundar algumas reflexões já iniciadas em pesquisas anteriores sobre violência conjugal e, mais precisamente, em pesquisa recente sobre violência contra a mulher no período gravídico puerperal realizada na cidade de São Paulo de 1989 a 1992.

Do levantamento nos livros de registro do Instituto Médico Legal (IML) de São Paulo no ano de 1989, de um total de 11.500 laudos necropsiados, 13 referia-se a óbitos por homicídio de mulheres em idade reprodutiva - de 19 a 49 anos -, excetuando os latrocínios; desses, 11,2% faziam menção a gravidez ou gravídico, indicando que a mulher foi assassinada ou durante a gravidez ou no puerpério. Apesar desse volume não ter significado quantitativo, a hipótese do fato merece reflexão, além do que esses dados confirmam a hipótese do aumento da violência na gravidez, qualificando mais ainda como perversa e insuportável a violência doméstica.

Por que a violência acontece na gravidez? Para responder a esta pergunta, estudamos a produção da violência conjugal a partir da narrativa de mulheres que sofreram, na gravidez, algum tipo de agressão por parte de seus namorados, companheiros e/ou maridos. São mulheres que prestaram queixas nas Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) da cidade de São Paulo e mulheres que deram à luz no Amparo Maternal (AM), também em São Paulo.

A narrativa das mulheres sobre a vivência da violência, além de ressaltar as agressões físicas e sexuais, mostra outras formas de violência sentidas pelas mulheres, como a destruição da auto-imagem. Essas formas de violência acontecem na esfera do subjetivo e nos fazem lembrar Chico Buarque "...A Dor da Gente Não Sai no Jornal..."

Em relação à violência doméstica, levantamos a hipótese de que ela começa com a gravidez; isto porque, como manifestação peculiar do corpo feminino, a gravidez abala a virilidade do homem, desprovendo-o de sua onipotência. Além disso o fato do processo de gerar acontecer no corpo da mulher dá a ela o poder de saber quem é o pai, desencadeando insegurança no homem sobre a paternidade da criança.

Outra hipótese seria a de que o corpo gravídico algumas vezes deixa de ser objeto de desejo por parte do companheiro, seja porque este se sente intimidado ou porque lhe causa aversão.

Quem São Nossas Mulheres?

Grávidas (as da DDM) e no puerpério (as do AM), eram mulheres de 15 a 39 anos, casadas, solteiras e/ou amasiadas, predominantemente de cor branca (as da DDM) e negras (as do AM) e donas de casa, nascidas nos estados de São Paulo e Minas Gerais e em estados do Nordeste. A grande maioria tinha mais de um filho. Moravam em bairros centrais (as da DDM) e na periferia (as do AM). Raras eram as que trabalhavam fora de casa e, dessas, a

maioria se ocupava como empregada doméstica. Queixavam-se de agressão psicológica e física, sendo que grande parte alegou agressão especificamente sobre o abdome.

Quem São os Agressores?

São os maridos, companheiros, namorados, ex-maridos, vistos pelas mulheres como violentos. A maioria deles mantém relações de amizade. O álcool é o principal ingrediente dessa cena, pois, quando bebem, os protagonistas se tornam ou ficam mais violentos. Quanto à inserção no mercado de trabalho, verificou-se alguns com emprego fixo, outros fazendo "bico" e ainda outros desempregados. Essa instabilidade pode também ser propulsora da violência.

Violência Começa e é Intensificada na Gravidez

A maioria das mulheres declarou que houve mudança do companheiro depois que ela engravidou.

O depoimento das mulheres indica que a gravidez desencadeia o processo de violência conjugal: ... "ele ficou mais violento e diz que é por causa da gravidez" ... "desde a primeira gravidez começou a me tratar como se tivesse nojo do meu corpo e ele não sabe dizer o porquê" "desta vez mandou eu abortar; como eu não queria, ele jogou água no quarto e atirou gasolina". "Piorou muito depois da gravidez, pois eu fiquei mais carente, mais revoltada"; neste caso, o discurso da carência e do não encontrar ressonância a essa carência é recortado pelo discurso explicativo da violência a partir do estado de carência da própria mulher, provocado pela gravidez.

Na narrativa de uma das mulheres, pudemos observar a expressão de dependência física e emocional do homem em relação à companheira, através do sentimento de ciúme do filho que ia nascer: "você vai me largar depois do nascimento, só para cuidar da criança".

Algumas falas também apontaram para uma reflexão sobre a sacralização da maternidade, enquanto construção cultural. Com o ato da agressão o homem expressa uma desconfiança de sua paternidade que, nestes casos, esbarra na virilidade como uma das expressões do poder masculino. Por exemplo, quando algumas mulheres narram o discurso masculino explicativo da violência: "este filho não é meu".

A narrativa de uma das mulheres entrevistadas mostra que na gravidez elas podem se sentir mais fortes, com coragem de reagir, quando agredidas na essência da sua condição de mãe, mesmo que a única escolha seja continuar com o agressor: "no início da gravidez eu tentei reagir, mas depois que ele tentou tirar minha filha, eu fiz de tudo para proteger minha filha".

A violência conjugal, como uma construção cultural, é tolerada em algumas situações e graus e punida em outros. Exemplos de tolerância cultural são os "ditos" do senso comum masculino sobre a mulher grávida: "eu não gosto de barriga", "tenho nojo do seu corpo grávido".

A violência conjugal cristaliza e reforça um círculo vicioso e perverso entre os gêneros. Por um lado, o homem espanca, agride e humilha, chegando a forçar a relação sexual. Por outro, a mulher engravida outras tantas vezes e "aceita" a força na relação sexual, escondendo e silenciando seu desejo, mesmo que em algum momento venha a reagir à agressão. "Ele me batia com a mão e me obrigava a ter relação sexual com ele o que eu aceitava. Eu sentia tristeza, revolta quando ele me agredia".

Vitimismo versus Cumplicidade

A narrativa das mulheres expressa frequentemente um sentimento de vitimidade e cumplicidade num constante processo de relação, onde um sentimento desencadeia o outro: "eu não fiz nada para ele me bater". Pelo lado da vitimidade, o que se depreende das falas é que esta condição é o traço identificatório entre as mulheres. Num primeiro momento, esse traço aparece como negativo, mas se pensarmos pela ótica de Foucault, podemos concluir que a vitimidade tem seu lado positivo. Quando a mulher toma consciência de sua condição de vítima e procura delegacias para prestar queixas, ela está expressando um querer e um poder sair dessa condição. "Prestei queixa para abrir um processo contra ele para ele não fazer isso comigo, nem com outras mulheres".

Conviver com a violência doméstica é um exercício de resistência, um conformismo, ou quase pacto? "Ele me chutou, falei que isso não podia acontecer mais, fui para casa do vizinho, os policiais vieram e queriam bater nele e eu não deixei. Eu nunca abandonei o meu marido em momento nenhum, por mais que fosse a dificuldade".

Se olhado pela ótica de Foucault, o sentimento da cumplicidade pode ser visto não só como um sentimento de conformismo a uma situação, mas também como uma estratégia de resistência, de pacto, que muitas vezes acontece no silêncio, mas que objetiva ultrapassar a situação. "Ele me maltrata, ele me deprecia, paquera outras mulheres na minha cara, não me dá dinheiro para comprar o enxoval da criança e compra coisas para ele. Agora aguento tudo, me esforço para não discutir e ser agredida; estou só esperando a criança nascer. Da maternidade não volto mais para casa".

De outra parte, quando a mulher diz que não se separa porque não tem como criar os filhos sozinha, não podemos concluir que ela está numa posição passiva. Na maioria das vezes, a mulher que não tem emprego, que não tem renda, se submete a agressões conjugais em nome da responsabilidade de criar os filhos. Essas situações seriam de um conformismo que não é passivo. "Fico revoltada quando me agride, de tanto me xingar, fico nervosa. Nunca dei queixa dele, ele falou que se eu desse parte dele, ele me matava, e eu tenho que criar os filhos e não tenho emprego".

Delegacia: Conflito ou Segurança

"Fui fazer queixa porque ele não quer dar a pensão. A delegada me deu alguns papéis para comprovar a paternidade, quando a criança nascer, e entrar com o pedido de pensão".

Pudemos observar que quando as mulheres chegam a prestar queixa na Delegacia, estão vivendo o momento mais agudo do sentimento de desespero e humilhação na relação conjugal. Essa queixa ultrapassa na maioria das vezes a demanda pela abertura de um processo policial. Nesse momento, ela deseja não só o respaldo psíquico, mas também uma ajuda para sair dessa crise. É uma situação de conflito, porque ao expor a relação conjugal tanto tempo silenciada, expõe necessariamente o agressor, que não é para si um estranho, e sim o homem que ela escolheu para ser seu companheiro, guardião e pai de seus filhos.

"É a primeira vez que dei queixa. Não volto para casa. Vou para casa da minha irmã".

"É a primeira vez que venho na DDM. Nas outras quatro vezes fui à Delegacia comum e não aconteceu nada. Ele tem medo da polícia e some".

A imagem desse homem revelada por essas mulheres é marcada pela ambivalência, situada no conflito ante a repulsa ao agressor e a relação afetiva que mantém com ele. "Ele me chutou, falei que isso não podia acontecer mais, fui para a casa dos vizinhos, os policiais vieram e queriam bater nele e eu não deixei. Depois que dei queixa, ele voltou para casa há mais de um ano e quatro meses e vivemos juntos por causa dos filhos e porque gosto dele".

"Na delegacia ninguém ligava, achavam que era brincadeira. Já fui na delegacia de mulheres, quando perguntavam para ele, ele desmentia tudo. Depois voltava para casa, porque tinha uma criança e eu precisava. Ele falava que não ia colocar comida em casa para o filho que não era dele".

O poder de bater pode engendrar positivities nos confinamentos domésticos. Na busca de saídas, algumas mulheres com maior poder aquisitivo recorrem a terapeutas, família e outros apoios, enquanto a maioria das mulheres pobres não tem a quem recorrer. Neste sentido, ao prestar queixa numa DDM, a mulher pobre leva para a cena pública questões da ordem do privado, fazendo com que a problemática da violência conjugal adquira uma dimensão política. Essa situação passa a ser exemplar, pois possibilita que outras mulheres que sofrem a violência conjugal se identifiquem e passem a procurar as delegacias de defesa da mulher.

O Combate à Violência na Gravidez é parte da Luta pelos Direitos Humanos e pela Cidadania

Tratando-se das mortes violentas e de agressões às mulheres grávidas ou no puerpério, concluímos que o processo de confinamento da mulher no espaço doméstico caracterizou-se como uma privação do espaço público. Neste sentido, as mulheres expressam "prazer" ao narrar a violência sofrida que, vista sob o lado da privação, é o único momento em que simbolicamente elas rompem o silêncio do confinamento doméstico.

O quadro da violência na gravidez demonstrado neste estudo indica que é fundamental uma articulação entre as áreas da saúde, educação e segurança, sugerindo ações conjugadas entre as três esferas institucionais e os grupos organizados de mulheres que trabalham contra a violência. Essas ações viriam possibilitar a vigilância epidemiológica da morbi-mortalidade materna. No entanto, essas ações só terão eficácia para inibir o avanço da violência contra a mulher na gravidez se a atuação incidir no terreno das mentalidades, uma vez que é nesse terreno que se engendram as mudanças de atitudes e comportamentos. Um exemplo disso é a implantação de programas que visem à sensibilização dos profissionais das áreas envolvidas com a questão da violência contra a mulher na gravidez.

No caso da violência na gravidez, não é só dos agravos causados à mulher, que em alguns casos chegam ao assassinato, que estamos falando, mas também da ausência de todos os direitos. No nosso mundo tão marcado pelas tradições patriarcais rígidas, a mulher, como uma cidadã de segunda categoria, tem seus direitos civis e humanos constantemente ameaçados e postos no limiar entre a vida e a morte. A luta contra a violência na gravidez faz parte dos direitos reprodutivos, onde as mulheres lutam pelo direito ao controle do próprio corpo e paradoxalmente pelo direito de existirem.